

Saúde: o que é obsoleto

25 Set. 1950

JAIRO RODRIGUES VALLE

Anova Constituição preceitua que a saúde é dever do Estado e por esta razão o Governo se propõe a dar assistência médica a todos os brasileiros, o que, sem dúvida, é bastante louvável, resguardadas as dificuldades que certamente advirão em consequência da complexidade do problema e dos altos custos da empreitada. Neste particular, alguns pontos devem ser lembrados.

Não é culpando os médicos que vamos resolver as nossas deficiências; em muitos casos eles são mais vítimas do que causa da falência do sistema. Somente após uma profunda reflexão sobre a estrutura que aí está, é que as soluções devem ser tomadas e encaradas com seriedade e obstinação.

Também não é alardeando-se o fato de tal hospital possuir centenas de médicos e naquele exato momento não se encontrar um único profissional para atender a uma emergência que se vai resolver o problema. Dentro destas centenas, quantos são neurologistas, obstetras, radiologistas etc., etc...? É óbvio que o oftalmologista não deve cuidar de uma fratura de braço e muito menos um cirurgião geral vai socorrer um enfarte de miocárdio... Precisamos colocar as coisas nos seus devidos lugares.

O que se passa é que a estrutura da assistência médica nas grandes cidades está obsoleta: ela não cresceu e nem se adaptou às exigências da população.

A implantação do Suds será um grande passo, desde que haja verbas suficientes, específica e criteriosamente aplicadas. A experiência nos tem feito desconfiar de tudo o que é administrado pelo Município, embora reconheçamos que deva ser este o responsável pela saúde de seus habitantes e pelas possíveis falhas no seu sistema de saúde.

Acrescente-se às dificuldades a descontrolada explosão demográfica, observada sobretudo às custas dos maiores usuários da rede assistencial do Estado. Aqui se soma a necessidade inadiável da implantação do planejamento familiar, praticado espontaneamente por todo casal esclarecido e difícil de chegar até às classes de baixo nível sócio-econômico, a não ser que o tema pudesse ser incluído em alguma telenovela de alto poder de penetração...

Convenhamos que uma família que tem uma pessoa doente em caráter agudo quer imediatamente a presença de um médico e o seu critério de urgência é naturalmente diferente do critério médico. Este, entretanto, só pode ser avaliado pelo médico, que é também quem poderá decidir sobre a necessidade de uma internação ou de um atendimento especializado. É justamente o grande número de casos emergentes não urgentes que alonga as filas nos hospitais, em detrimento do pronto atendimento dos urgentes, que requerem maior atenção médica. Para se evitar que isto aconteça seria conveniente que a população pudesse contar com um posto médico em cada bairro, funcionando 24 horas por dia, para onde o paciente pudesse se dirigir sem maiores problemas de transporte e com economia de tempo, nas grandes cidades. Os casos não possíveis de solução nestas unidades deveriam ser encaminhados por estas a hospitais mais ou menos equipados da rede assistencial municipal, de acordo com a condição clínica de cada paciente.

Portanto, o Município se propõe a dar a assistência médica, que entretanto não deveria ser da livre escolha do paciente, porque este não conhecendo a sua doença não estará credenciado a escolher o hospital para o seu primeiro atendimento.

É por isto que o atendimento médico deveria começar pelo posto do bairro.

O correto seria hierarquizar as unidades de saúde de acordo com a sua complexidade, equipando-se cada uma delas com tudo o que necessário fosse para o fim a que se destinasse e com a garantia do perfeito entrosamento entre as mesmas.

Igualmente é bom que se saiba que um hospital bem equipado não é o que possui bons médicos e material em abundância; deve ter também uma enfermagem assídua, numericamente suficiente e qualitativamente eficiente, além de toda uma estrutura de complexa hotelaria; é preciso que os Serviços Auxiliares de Diagnóstico sejam dimensionados de modo a atender às exigências do corpo clínico e ao número de pacientes a serem atendidos, guardando sempre as proporções ideais, e destinados ao uso exclusivo daquele hospital.

Da mesma forma, se um hospital não estiver aparelhado para atender emergências e urgências, dele nenhuma autoridade deverá exigir este tipo de serviço especializado, sob pena de ter ela que arcar com a responsabilidade pelo mau atendimento oferecido. Os serviços de urgência, para serem eficientes, devem cuidar exclusivamente disto e portanto deveriam estar centralizados em determinados pontos da cidade, como já tivemos no passado, quando o Rio de Janeiro era bem menor.

E para finalizar, uma sugestão: quando se perguntar a um paciente quantas horas está ele na fila à espera de atendimento, pergunte-se também de onde ele está vindo e por que escolheu aquele hospital... Desta forma se prestará um grande serviço às autoridades governamentais...